

A CLÍNICA EM TEMPOS DE INTOLERÂNCIA

Márcio Melo Guimarães de Souza

Titulação: Mestre em Psicologia Escolar pela PUC-Campinas

Instituição em que atua: UNIP-Campinas

Endereço eletrônico: contato@marciosouzacoaching.com.br

RESUMO:

Heidegger nos alerta para os perigos da era da técnica, dentre eles a ocultação das essências dos fenômenos, a prevalência do método sobre o pensamento e o afastamento entre Dasein e Ser. Ironicamente, o autor alemão parecia prever o que Bauman batizaria como modernidade líquida, caracterizada pela liquefação das instituições, pela ausência de referenciais identitários sólidos e, conseqüentemente, pela escassez de garantias. A salvaguarda prometida pela era da técnica e seu pensamento normatizante apaziguam o sentimento de angústia e de desamparo diante de um mundo que se reconfigura a todo tempo. Contudo, Arendt nos ajuda a compreender que a contrapartida da segurança oferecia pelo pensamento técnico, que oprime o pensamento reflexivo, aparece como a intolerância e o poder que se dissolvem nas relações sociais, fazendo com que o mal deixe de ser representado por grandes ícones e passe a, desprevenidamente, ser produzido e mantido em nossa vida cotidiana. Infelizmente, o cenário sombrio descrito pelos autores citados pode ser facilmente observado no atual contexto sociopolítico brasileiro. Basta uma rápida passada de olhos nas redes sociais, nos noticiários ou nas ruas para que sejamos expostos a inúmeros exemplos de violência e intolerância. Diante deste contexto, fica o questionamento de como estas questões atravessam a clínica e quais são as possíveis contribuições da psicologia.

PALAVRAS CHAVE: Intolerância, Fenomenologia-Existencial, Clínica psicológica, Modernidade, papel do psicólogo.

INTRODUÇÃO

Foi com imenso entusiasmo que recebi o convite para compor o ciclo de debates “Psicologia no Cotidiano”, promovido pela Subsede Campinas do Conselho Regional de Psicologia, 6ª Região. O convite veio acompanhado do pedido de que a fala contemplasse a questão da intolerância no contexto da clínica. Com o tema definido, dei-me conta do desafio que seria articular minhas inquietações a respeito do tema com o pensamento fenomenológico que sustenta minha prática, sempre com a preocupação de evitar generalizações ou simplificações que comprometam a compreensão dos fenômenos debatidos. O cuidado de observar e refletir com vagar, era, segundo Heidegger (2009), uma forma de evitar conclusões apressadas que, ao invés de promover a compreensão dos fenômenos observados, causariam a falsa impressão de os termos compreendido.

Ainda inspirado nos cuidados sugeridos por Heidegger para que o pensamento não produza falsas compreensões, procurei dar um “passo atrás” como forma de possibilitar uma melhor observação da questão. Neste sentido, ao se compreender a intolerância como um fenômeno social, devemos pensar como ela se configura ao longo da história.

DE ONDE VEM TANTA INTOLERÂNCIA?

Morin (2002) descreve como arcaicas aquelas sociedades cuja organização não se dá por meio de instituições, mas a partir da própria relação entre os membros da comunidade. Nestas sociedades arcaicas, a regulação da vida do grupo se dá de modo orgânico e pautado na interdependência entre seus membros, que não se sentiam capazes de romper com as normas estabelecidas. Autorregulação era o tom da convivência, sem a necessidade de qualquer tipo de instituição responsável pela regulação da vida em comunidade. Nas palavras do autor: "*A cultura é, no seu princípio, a fonte geradora/regeneradora da complexidade das sociedades humanas. Integra os indivíduos na complexidade social e condiciona o desenvolvimento da complexidade individual.*" (p.166).

Mas como podemos observar, a sociedade em que vivemos hoje está muito distante da dinâmica da sociedade arcaica descrita por Morin (2002). Com o aumento do número de membros de uma comunidade, os valores mantidos pela tradição deixam de ser suficientes para a manutenção da sobrevivência do grupo que passa, então, a traduzir seus códigos de conduta aceitos em torno de leis que terão o papel de garantir a manutenção da tradição. A partir deste ponto, uma sociedade não é mais considerada como arcaica, pois passa a construir uma rede complexa de instâncias reguladoras que serão responsáveis por determinar, dentre outras coisas, as identidades possíveis dentro daquele grupo social.

Se Morin descreveu as formas iniciais de organização social, Bauman (2001) analisa os desdobramentos das relações sociais contemporâneas nos delineamentos identitários. O autor afirma que as instituições sociais deixaram de ocupar o lugar de bastiões da sociedade, não sendo mais capazes de proporcionar identidades seguras, como faziam antes. Como consequência, Estado, família, religião e educação deixaram de fornecer critérios de normalidade, de aceitação ou de rejeição dos membros da sociedade. No lugar de referenciais fixos fornecidos por instituições sólidas, as identidades são construídas a partir de uma miríade de possibilidades disponíveis nas relações sociais. Hoje "*eles são muitos, chocando-se entre si e contradizendo-se em seus comandos conflitantes, de tal forma que todos e cada um foram desprovidos de boa parte de seus poderes de coercitivamente compelir e restringir*" (p.14).

Junto com os referenciais institucionais sólidos, as garantias também deixam de existir. Se antes, aderir a um padrão identitário socialmente validado seria garantia da aceitação do grupo, hoje

o cenário é bem mais complexo. Como estes padrões estão pulverizados, é possível, e até certo ponto esperado, que um indivíduo componha sua identidade a partir de fragmentos restantes dos padrões anteriormente existentes. O elemento contraditório desta modernidade é que, ainda sim, continua sendo esperado que o indivíduo assuma uma identidade que está sempre vulnerável e aberta ao julgamento, pela impossibilidade de validação por uma instituição que forneça referenciais sólidos.

O próprio Bauman (2008) descreve como esta desvinculação das identidades de uma noção de vida em comunidade faz com que as relações entre os homens passe a ser regulada pelos moldes das relações de consumo. Não é mais esperado que as relações durem, pois da mesma forma que o prazer do consumo não se concentra mais no objeto consumido, mas no ato de consumir, as relações deixam de ser vistas por seu caráter duradouro e passam a ser, elas mesmas, objetos de consumo que podem ser descartados a qualquer momento.

Esta transformação descrita por Bauman parece ter sido profetizada por Heidegger (2012) que alertou para o perigo de se abandonar o pensamento que se preocupa com a essência em nome do pensamento científico-natural que normatiza e universaliza os fenômenos sobre os quais se debruça. O pensamento científico não representa um problema em si, mas quando aplicado à compreensão da existência, promove o esquecimento do pensamento filosófico e a supremacia do método. Uma das consequências desta aplicação é um esquecimento das essências dos fenômenos da existência, que deixam de ser objeto do pensamento e passam a ser submetidas à mesma normatização e generalização das ciências naturais.

Como resultado, perdemos o contato com nosso caráter temporal e indeterminado, procuramos segurança nas garantias oferecidas pela técnica e passamos a nos ver como possuidores da mesma natureza dos demais habitantes do mundo. Passamos a compreender nós mesmos e aos outros como objetos pertencentes ao mundo e desprovidos de uma essência. Abre-se portanto o campo para relações utilitárias e superficiais.

Embora muito do que chamamos de intolerância possa ser compreendido pelo sentimento de inospitalidade resultante das configurações sociais atuais, ainda faltam elementos para compreender o fenômeno de forma mais precisa. Afinal, nas manifestações atuais da intolerância, estas tentativas de retomada das instituições que foram dissolvidas com a modernidade estão aliadas a uma tentativa de reordenamento do poder de classes sociais que se sentem ameaçadas.

Nas palavras de Arendt (1995):

"O mundo se torna desumano, inóspito às necessidades humanas - que são as necessidades dos mortais - quando ele está violentamente engendrado em um movimento no qual não há mais nenhum tipo de permanência. Por isso, desde o grande fracasso da Revolução

Francesa, as pessoas repetidamente reerguem os antigos pilares que foram derrubados"
(p.195)

Na tentativa de reerguer os antigos pilares, o que vemos são as sombras destas instituições, defendidas por indivíduos que irrefletidamente consentem o uso do poder como forma de garantir a segurança que tanto necessitam. O poder, portanto, surge de uma relação de consentimento entre os indivíduos que, enquanto grupo, consentem o uso da violência por parte das instituições que o representam como forma de assegurar o ordenamento social que tanto anseiam. Neste contexto, "*a forma extrema de poder, é o Todos contra um e a forma extrema da violência é o um contra todos*". (ARENDDT, 2001:35)

Contudo, o mal já não é mais exclusividade das instituições, estando ele diluído na vida social e praticado por indivíduos que se recusam a exercer o pensamento crítico que, segundo Arendt (2006), nos caracteriza como humanos. Privados desta capacidade, nós, cidadãos comuns, tornamo-nos agentes do mal que já não necessita de corações perversos ou desejos demoníacos para ser perpetrado. Nestas condições, perdemos a capacidade de fazer julgamentos morais e possibilitamos a violência em larga escala.

A este respeito, Boss (1981) elege a culpa como um dos sentimentos mais básicos da vida humana. Destaca que a incapacidade de senti-la prejudica severamente as relações entre os homens por fazer com que o outro seja visto, não mais como humano, mas como mero objeto. Desta forma, se estabelece uma relação destrutiva entre os homens que, pela ausência da culpa, passam a sentir-se capazes das maiores atrocidades contra os demais.

Neste contexto, implanta-se um sentimento de terror, que permite às pessoas o sentimento de posse de uma verdade transparente e incontestável, que é um elemento comum entre o fanatismo e a psicopatia. Em ambos os casos, o outro torna-se apenas aquele que valida ou ameaça a verdade estabelecida. Este empobrecimento do diálogo e da compreensão da realidade a partir de uma verdade única que impede a compreensão de outras facetas do mesmo fenômeno, aliado a um olhar que torna o outro um mero objeto, é o elemento central do fascismo (TIBURI, 2015).

É INTOLERÂNCIA PARA TODO LADO:

Este texto foi finalizado na semana após a votação da admissibilidade do processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff na câmara dos deputados. Como todos sabem, esta votação foi resultado de um processo de disputa de poder que se iniciou nas eleições presidenciais de 2012, quando a presidente foi eleita por uma margem muito pequena de votos, já

demonstrando uma cisão política no país¹. O período eleitoral foi marcado por manifestações violentas provenientes dos partidários de ambos candidatos a presidente, revelando discursos misóginos, xenofóbicos e racistas.

Infelizmente, estas demonstrações de ódio não são exclusividade da política, mas parecem estar arraigadas em nossa cultura. Em uma busca rápida no Google associando as palavras-chave “violência” e “intolerância” com as palavras-chave “gênero”, “racial”, “religiosa” e “política”, é possível observar a imensidão de notícias que surgem. Basta fazer parte de algum grupo social para ser alvo de algum tipo de estereótipo e preconceito. As notícias versam sobre índios assassinados, adolescentes mortos pela polícia, crianças espancadas pelos pais em função de uma suposta orientação sexual, mulheres espancadas e mutiladas por seus parceiros, estupros, templos religiosos destruídos e incendiados, pessoas atacadas na rua por sua posição partidária, time de futebol, orientação sexual ou religião, revelando que se existe algo realmente democrático no país são a violência e a intolerância.

COMO ESTE FENÔMENO SE MANIFESTA NA CLÍNICA?

A intolerância pode se manifestar no consultório por duas vias, tanto partindo do paciente, quanto do próprio psicólogo.

Deixo aqui dois exemplos de como a intolerância do paciente pode chegar ao consultório. Recentemente recebi um paciente que ao perceber a grande quantidade de objetos vermelhos que mantenho no consultório perguntou-me se eu não era “petista”, emendando que uma pessoa teria que ser idiota para defender tal partido. Outro, antes mesmo de falar sobre o que o levava ao consultório, perguntou-me se eu era cristão, pois ele só poderia confiar em um psicólogo que compartilhasse das mesmas crenças que ele.

Já da parte do psicólogo, os mesmos exemplos citados anteriormente podem ser usados. E se minha posição política for diferente da manifestada pelo paciente? Se a religião do terapeuta for incompatível com a do paciente? Se posturas diante de questões sociais, valores e crenças diferem entre terapeuta e paciente? Situações como estas trazem à tona a possibilidade de conflito entre as crenças de pacientes e terapeutas, o que nos leva à pergunta: “o que fazer em situações assim?”. Antes de respondê-la precisamos pensar no papel do psicólogo.

PAPEL DO PSICÓLOGO?

Vale a pena aqui retomar dois dos Princípios Fundamentais do Código de Ética do Psicólogo:

¹ Gostaria de ressaltar que minha tarefa aqui é apenas a de descrever acontecimentos sociais que serão tomados para a análise a que este artigo se propõe. De maneira alguma, tomarei um posicionamento sobre a questão.

II. O psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

III. O psicólogo atuará com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural. (CFP, 2005:7)

Os princípios fundamentais acima não deixam dúvida quanto ao papel a ser desempenhado por nossa atuação profissional. Não basta promover a saúde e a qualidade de vida. Para que estes objetivos sejam alcançados, é necessário que nossa atuação também contribua para a eliminação da discriminação, violência, crueldade e opressão.

Torres (2015) faz uma ótima síntese da relação entre os posicionamentos trazidos pelos pacientes e aqueles pertencentes ao terapeuta, afinal, somos constantemente solicitados a tomar uma posição diante daquilo que o mundo nos traz. O conjunto destes posicionamentos direcionam nossas ações e formam um certo olhar para as situações que vivemos. O autor alerta para os perigos do terapeuta ao levar seus próprios posicionamentos para a relação com o paciente, pois ao fazê-lo, leva para a terapia crenças e valores que não fazem parte nem das teorias, nem das técnicas que fundamentam a prática da psicoterapia.

Portanto, apesar de ser inevitável que tenhamos posicionamentos, ao impô-los ao paciente, além de correr o risco de desrespeitá-lo em seus próprios valores e de não conseguir escutar os sentidos que partem dele, o psicólogo desrespeita os princípios fundamentais, contidos no Código de Ética Profissional do Psicólogo, que deveriam guiar a sua prática.

E A CLÍNICA?

Já em sua origem a Psicologia aparece como uma ciência cindida em duas: aquela que vê nas ciências naturais um modelo para garantir sua cientificidade e aquela que busca a construção de um modelo científico próprio, mais próximo das demais ciências humanas como a filosofia, a sociologia e a antropologia. Em nome da busca por critérios objetivos para o estudo da psicologia, adotou-se na psicologia o modelo de neutralidade das ciências naturais, sob a pressuposição de que o observador científico é um elemento que não deve interferir no fenômeno observado.

O problema é que o objeto de estudo da psicologia é o próprio homem, mais especificamente, sua subjetividade e como ela se relaciona com o mundo e com outras subjetividades. Isso significa que nunca somos neutros ao observar outros seres humanos, pois nos colocamos em um jogo intersubjetivo no qual, necessariamente, o observador está mais para um interlocutor que para um elemento neutro. Nesta perspectiva, a neutralidade científica representa

mais um desejo daqueles que veem na psicologia uma extensão das ciências naturais do que algo realmente viável.

Do ponto de vista da fenomenologia, propõe-se uma “suspensão dos juízos” que, embora nunca seja completa, permite um afastamento temporário de nossos juízos, valores e crenças a fim de se promover uma postura inocente diante do fenômeno psicológico. Com esta postura, torna-se possível a abertura para compreender a vivência do paciente em sua essência, a partir dele mesmo.

De volta à questão dos posicionamentos, embora o psicólogo deva estar sempre consciente de seus posicionamentos éticos, políticos, religiosos, etc, esta consciência não deve servir para impor seus posicionamentos ao paciente ou para debater suas opiniões com o ele. Ao invés disso, deve auxiliá-lo a debruçar-se sobre elas a fim de compreendê-las diante de sua própria história, tornando-se mais consciente delas e revelando os sentidos que elas trazem para sua existência.

CONCLUSÃO

A postura de buscar “suspender os juízos” e buscar a maior aproximação possível dos sentidos trazidos pelo paciente não é algo que seja possível de ser praticado pontualmente, pois é impossível de ser praticada apenas em momentos escolhidos pelo profissional. Esta postura deve ser vivida como um ethos, a fim de permitir também um constante exercício de reflexão sobre nossa prática. Sem este exercício fundamental é impossível promover a eliminação da discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão prevista no Código de Ética.

Contudo, a reflexão crítica sobre nossa prática não é apenas uma forma de obedecer aos requisitos éticos da prática profissional, mas é também uma condição para evitar que o exercício profissional recaia nas armadilhas ideológicas descritas por Hannah Arendt, ao tratar o paciente como um objeto que precisa ser adequado a uma determinada forma de pensar. Isso seria, usando um termo da autora, usar a psicologia como agente da banalização do mal.

O papel do psicólogo deve ser o de buscar “*a desalienação das pessoas e grupos, que as ajude a chegar a um saber crítico sobre si próprias e sobre sua realidade*” (MARTIN-BARÓ, 1997:17). Tendo o desenvolvimento da consciência como horizonte, nossa prática poderá contribuir para que as pessoas desenvolvam formas de relacionamento que permitam a compreensão e o respeito com as mais diferentes possibilidades de ser e de entender o mundo.

REFERÊNCIAS

ARENDRT, H. **Men in Dark Times**. New York: Harvest Book, 1995. Edição Kindle.

_____. **Poder e Violência**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

_____. **Eichmann in Jerusalem**. Londres: Penguin Books, 2006.

BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

_____. **Vida para o Consumo; a transformação das pessoas em mercadoria.** Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BOSS, M. **Angústia, Culpa e Libertação.** São Paulo: Duas Cidades, 1981.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional do Psicólogo.** Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2005.

HEIDEGGER, M. **Seminários de Zollikon.** Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. **Ser e Tempo.** Petrópolis: Vozes, 2012.

MARTIN-BARO, Ignácio. O papel do Psicólogo. **Estud. psicol. (Natal)**, Natal , v. 2, n. 1, p. 7-27, Junho, 1997 .

MORIN, E. **O Método 5: a humanidade da humanidade.** Porto Alegre: Sulina, 2002.

TIBURI, M. **Como conversar com um fascista.** Rio de Janeiro: Record, 2015. Edição Kindle.

TORRES, A. R. R. Posicionamentos, Opiniões e Ideologia: Tabus na Clínica Psicológica. em: SALES, G. T. **Clínica de psicologia para recém formados: a experiência inicial sob os cuidados de abordagens maduras.** Campinas: Ed. do Autor, 2015. Edição Kindle.